

LAVAGEM DE DINHEIRO

**À LUZ DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

ORGANIZADORES

Pierpaolo Cruz Bottini

William Akerman

SUMÁRIO

1. COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO NA LAVAGEM DE DINHEIRO 19

Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro

Introdução.....	19
1. Procedimento do crime de lavagem de dinheiro à luz das disposições da Lei 9.613/98.....	21
1.1. Rito processual.....	21
1.2. Autonomia processual do crime de lavagem de dinheiro.....	22
1.3. Infrações penais antecedentes extraterritoriais.....	23
2. A competência no delito de lavagem de dinheiro.....	24
2.1. Competência da Justiça Federal.....	25
2.2. Competência federal em lavagem de dinheiro transnacional.....	26
2.3. Varas especializadas em lavagem de dinheiro.....	27
2.4. Competência da Justiça Militar.....	28
2.5. Competência da Justiça Eleitoral.....	29
2.6. Competência em crimes conexos.....	30
3. Considerações finais.....	34
Referências.....	36

2. JUSTA CAUSA DUPLICADA NA LEI DE LAVAGEM DE CAPITALS 37

Teilor Santana da Silva

Introdução.....	37
1. Noções introdutórias: justa causa nos variados ramos do direito.....	38
2. Justa causa e Justiça Penal consensual.....	41
3. Justa causa e recebimento da peça acusatória.....	44
4. Justa causa na Lei 9.613/1998: justa causa duplicada.....	48
5. Considerações finais.....	54
Referências.....	55

3. BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS: INTERAÇÃO COM O INJUSTO ANTECEDENTE EM PORTUGAL E NO BRASIL E EXPANSÃO DA INCRIMINAÇÃO..... 59

William Akerman

1. Lavagem de capitais: repercussões do delito e criminalização em Portugal e no Brasil.....	62
1.1. Branqueamento de capitais: repercussões socioeconômicas e políticas.....	62
1.2. Sistema de gerações das legislações de criminalização.....	67
1.2.1. Legislação de Portugal.....	68
1.2.2. Legislação do Brasil.....	69
2. Infração penal antecedente nos sistemas jurídicos português e brasileiro: interações com o branqueamento.....	71
2.1. Autonomia.....	72
2.2. Concurso de crimes.....	73
2.3. Prova do injusto antecedente e da lavagem de capitais: o compartilhamento de dados bancários e fiscais e a trilha do dinheiro.....	76
3. Críticas à expansão da incriminação da lavagem no Brasil e a solução portuguesa.....	81
3.1. Inadequação do combate à pequena e média criminalidades: mérito do modelo português.....	82
3.2. Desproporcionalidade da ampliação indiscriminada do espectro legal.....	84
4. Considerações finais.....	86
Referências.....	88

4. AUTOLAVAGEM DE DINHEIRO: APORTES A PARTIR DA RECENTE EXPERIÊNCIA JURISPRUDENCIAL ITALIANA E DESENVOLVIMENTOS RECENTES NO CAMPO DA AUTOLAVAGEM DE RECURSOS ECONOMIZADOS PELA SONEGAÇÃO FISCAL 97

Ademar Borges

Introdução: a importância do debate acerca da domesticação do tipo de autolavagem de capitais.....	97
1. A jurisprudência majoritária da Corte de Cassação Italiana sobre o delito de autolavagem.....	100
2. A conduta dissimulatória como elemento caracterizador da natureza de perigo concreto do crime de autolavagem.....	102
3. Uma aplicação relevante dessa construção jurisprudencial: a autolavagem posterior à sonegação fiscal.....	106

4. A domesticação da autolavagem de recursos economizados com a sonegação fiscal a partir de um diálogo entre a jurisprudência italiana e brasileira.....	114
5. Súmula Vinculante 24, legalidade e respeito aos precedentes.....	126
6. Considerações finais.....	130

5. A CEGUEIRA DELIBERADA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ 132

Felipe Fernandes de Carvalho

Introdução	133
1. A conceituação da cegueira deliberada	134
2. Três visões distintas: o julgamento da Ação Penal 470 pelo STF	139
3. A jurisprudência no STF	146
4. A jurisprudência no STJ	147
5. Considerações finais.....	152
Referências.....	153

6. COMPLIANCE, LAVAGEM DE DINHEIRO E OMISSÃO IMPRÓPRIA: LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL POR OMISSÃO DOS SUJEITOS OBRIGADOS 157

Júlio César Craveiro Deveschi e Inezil Penna Marinho Junior

Introdução	157
1. Algumas linhas sobre o <i>compliance</i> criminal.....	158
2. A responsabilidade penal do sujeito obrigado por omissão.....	160
2.1. Omissão em cadastro de clientes e manutenção de registros.....	162
2.2. Omissão na comunicação de operações suspeitas	164
3. Considerações finais.....	170
Referências.....	172

7. O CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA GERA PRODUTO? OS DELITOS ASSOCIATIVOS COMO ANTECEDENTES DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO 175

Felipe Longobardi Campana

Introdução.....	175
1. Apresentação de casos hipotéticos.....	178
2. Definição do conceito de proveniência ilícita de bens, direitos ou valores para o tipo penal do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei n.º 9.613/98	180

2.1. O objeto da conduta do crime de lavagem de dinheiro	181
2.2. O conceito de proveniência, direta ou indireta, da infração penal	183
2.2.1. O que é ser proveniente de uma infração penal?	186
2.2.1.1. Critérios apresentados pela doutrina	188
2.2.1.2. Os argumentos comumente apresentados	192
2.2.1.3. O problema dos argumentos de ambas as posições: a natureza consequencialista	193
2.2.1.4. Os argumentos interpretativos válidos e a tomada de posição pelo critério causal	194
2.3. Qual a diferença entre ser proveniente de forma direta e ser proveniente de forma <i>indireta</i> ?	197
3. Retorno à pergunta central: os crimes associativos e o conceito de proveniência de infração penal	200
3.1. Caso 1: contador da organização criminosa	202
3.2. Caso 2: empregado da organização criminosa	203
3.3. Caso 3: doações a partido político não declaradas	203
3.4. Caso 4: líder da organização criminosa	205
3.5. Caso 5: caso da supressão de ICMS	206
4. Considerações finais	207
Referências	208

8. LAVAGEM DE CAPITALS POR MEIO DE SMURFING: CRIME ÚNICO OU CONTINUADO? 211

Joel Han Paciornik e Valdir Ricardo Lima Pompeo Marinho

Introdução	211
1. Mecanismos de repressão à lavagem de capitais por meio do <i>smurfing</i>	218
2. Crime único ou continuado?	220
3. Considerações finais	237
Referências	238

9 LAVAGEM DE CAPITALS COM OBRAS DE ARTE: DESAFIOS, REGULAÇÃO E PERSPECTIVAS. 243

Pedro Gonet Branco e João Gonet Branco

1. Mercado de arte	244
2. Dinâmica da lavagem de capitais	245

3. Vulnerabilidade do mercado de arte à lavagem de dinheiro.....	247
4. Regulamentações internacionais.....	250
5. Desafios para a regulação do mercado de arte.....	253
6. Regulação brasileira do mercado de arte.....	255
7. Considerações finais.....	256
Referências.....	260

10. O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DAS APOSTAS NO BRASIL E A PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO..... 263

Pierpaolo Cruz Bottini e Davi Lafer Szuvarcfuter

11. APOSTAS ESPORTIVAS E LAVAGEM DE DINHEIRO: ANÁLISE DE RISCOS, SISTEMAS DE PREVENÇÃO E A EXPERIÊNCIA REGULATÓRIA BRASILEIRA..... 273

Marcelo Turbay Freiria e Antônio Carlos de Almeida Castro - Kakay

Introdução.....	273
1. Breve histórico do mercado de jogos e apostas.....	275
2. A possível permeabilidade dos jogos e apostas esportivas à lavagem de dinheiro....	278
3. O <i>modus operandi</i> da lavagem de dinheiro no contexto do mercado de apostas esportivas.....	284
4. Os desafios de regulamentação dos jogos para a mitigação dos riscos de lavagem de dinheiro.....	288
5. Perspectivas legais internacionais em relação às apostas esportivas.....	292
6. Reflexões sobre o papel e a responsabilidade das operadoras de jogos e apostas na prevenção da lavagem de dinheiro.....	295
7. Considerações finais.....	301
Referências.....	303

12. O CASO MENSALÃO (AÇÃO PENAL 470 – STF)..... 307

Luciano Feldens

1. Contextualização.....	307
1.1. O maior julgamento da história do Supremo Tribunal Federal.....	307
1.2. “Mensalão”: a compra de suporte político ao Governo junto ao Legislativo e seu fluxo financeiro.....	308
1.3. As principais controvérsias jurídico-penais.....	309

2. Lavagem de capitais e corrupção passiva.....	310
2.1. A lavagem de capitais e seu objeto material.....	312
2.2. A exigência típica de “ato autônomo” de lavagem de capitais em relação ao crime antecedente	316
2.2.1. O conflito aparente de normas e a regra da consunção.....	316
2.2.2. A relação de consunção entre a corrupção passiva, oriunda do recebimento dissimulado de vantagem indevida, e a lavagem de capitais	318
2.3. Conclusão tópica.....	321
3. O crime de evasão de divisas (art. 22 da Lei n.º 7.492/86)	322
3.1. O tratamento jurídico-penal do “dólar-cabo”	323
3.2. O crime de manutenção de depósitos no exterior.....	325
3.2.1. O fato denunciado.....	325
3.2.2. A declaração exigida pelo art. 22, parágrafo único, segunda parte, da Lei n.º 7.492/86. Regulamentação/BACEN (forma, limites e condições)	326
4. A modo de conclusão: circunstâncias e reflexos do julgamento	328
Referências	329

13. CASO NICOLAU DOS SANTOS NETO 333

Emerson Castelo Branco e Paulo César Oliveira do Carmo

Introdução.....	333
1. Contexto histórico	334
2. Investigação, processos e julgamento.....	337
3. Corrupção e lavagem de capitais: impactos nas instituições do Estado Democrático de Direito.....	345
4. Análise sobre a efetividade do Sistema de Justiça Brasileiro: prevenção e repressão....	350
5. Considerações finais	353
Referências	355

14. OPERAÇÃO LAVA JATO E CONSTITUIÇÃO: O DIÁLOGO QUE NÃO ACONTECEU 357

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Edward Rocha de Carvalho e Márcio Guedes Berti

Introdução.....	357
1. Fundamentos e contexto histórico.....	358
1.1. Origens da Operação Lava Jato	358

1.2. A Constituição Brasileira e o Sistema Jurídico.....	361
1.3. Operação Lava Jato: expectativas e realidades.....	363
2. Análise jurídica das violações constitucionais na Lava Jato	366
2.1. Procedimentos e legalidade	366
2.2. Direitos humanos e princípios constitucionais.....	367
2.2.1. Presunção de inocência	370
2.2.2. Direito à defesa e ao contraditório	373
2.3. Impactos nas instituições democráticas.....	376
2.3.1. Interferência política e judiciária	377
3. Considerações finais.....	378
Referências	380

15. CASO COLLOR 383

Felipe Fernandes de Carvalho e Caroline Raupp

Introdução	383
1. Aproximação: aspectos objetivos do crime de lavagem de dinheiro.....	385
2. As imputações do crime de lavagem de dinheiro na Ação Penal nº 1025.....	392
3. Resultado do julgamento	396
3.1. Condenação, <i>smurfing</i> e os depósitos em espécie nas contas-correntes de sociedades empresárias atribuídas ao denunciado	397
3.2. Absolvição	403
3.2.1. Aquisição de automóveis, de imóveis, de lancha e de obras de arte...	403
3.2.2. Transferência bancária internacional.....	404
3.2.3. Custeio de despesas pessoais e gastos no exterior	405
3.2.4. Utilização de empresas ligadas a Alberto Youssef.....	405
4. Considerações finais.....	406
Referências	406